

Data da reunião: 07/05/2025

Hora início: 14h06

Hora fim: 14h42

Local: Prefeitura de Caçador

Assuntos: Prognóstico

Entidades: Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA, Comissão para Revisão do Plano Diretor do Município e convidados

PARTICIPANTES

Conforme Lista de Presença Assinada (22 participações)

Dados Pessoais não citados em respeito aos preceitos da Lei Federal nº 13.708/2018 (LGPD)

Notas da Reunião

1 Aos sete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, presencialmente, na Prefeitura de Caçador,
2 realizou-se a Reunião Técnica, iniciada as quatorze horas e seis minutos, entre os membros da Equipe de
3 Planejamento de Cidades do Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA, da Comissão para Revisão
4 do Plano Diretor do Município e convidados, sob presidência da senhora Taise T. e mediação do CINCATARINA,
5 para tratar do Prognóstico. A senhora Ana Letícia S.G. iniciou a reunião apresentando a si mesma e a Equipe de
6 Planejamento de Cidades do CINCATARINA presentes na reunião: as arquitetas Joselaine T., Jacinta M.G. e o
7 Assessor de Direção do CINCATARINA, Guilherme M. Apresentou a pauta da reunião, o Regimento Geral e
8 informou que a reunião estaria sendo gravada para que fosse redigida a ata, que seria publicada no site de Revisão
9 do Plano Diretor de Caçador. A senhora Ana Letícia S.G. convidou a senhora Taise T. para que fizesse a abertura
10 da reunião. A Presidente da Comissão para Revisão do Plano Diretor do Município, a senhora Taise T., declarou
11 aberta a reunião. A senhora Ana Letícia S.G. iniciou a apresentação. Explanou sobre o CINCATARINA, a Equipe
12 de Planejamento de Cidades, a Comissão para Revisão do Plano Diretor do Município e o Conselho da Cidade de
13 Caçador. Informou que a Equipe de Planejamento de Cidades do CINCATARINA seria responsável pela elaboração
14 preliminar dos documentos, mas que a decisão dos materiais caberia à Comissão para Revisão do Plano Diretor do
15 Município. Apresentou as etapas do processo de Revisão do Plano Diretor, iniciando pela Metodologia. A segunda
16 etapa referiu-se ao Diagnóstico, que consistiu na leitura da realidade do município e foi dividido em duas etapas:
17 Diagnóstico Técnico e Diagnóstico Comunitário. Informou que o Diagnóstico foi aprovado e apresentado em
18 audiência pública, sendo a terceira etapa do Processo de Revisão do Plano Diretor. Explicou sobre a quarta etapa
19 que se referia ao Prognóstico, material que estaria sendo apresentado na reunião técnica, lembrou que nesta
20 etapa foram realizadas quatro oficinas técnicas. Relatou que finalizada a etapa de Prognóstico, seria iniciada a
21 revisão das legislações do município, iniciando pelas Minutas de Lei do Plano Diretor, de Uso e Ocupação do Solo
22 e de Parcelamento do Solo. Explicou que finalizadas as três minutas, estas seriam apresentadas em audiência
23 pública. Explanou que após a audiência pública, seria iniciada a revisão das Minutas do Código de Posturas e do
24 Código de Obras e Edificações, e quando finalizadas, estas seriam apresentadas em outra audiência pública.
25 Explanou que com base nas contribuições recebidas, seria elaborada a revisão final para ser entregue ao Poder
26 Executivo, que encaminharia à Câmara dos Vereadores, encerrando o processo de Revisão do Plano Diretor.
27 Explicou como funcionaria o Prognóstico e informou que o material foi elaborado pela Equipe de Planejamento de
28 Cidades do CINCATARINA e estaria sendo encaminhado para a senhora Taise T., para que fosse encaminhado
29 para os demais membros da Comissão. Explicou que a Comissão deveria analisar o documento e fazer
30 contribuições de forma coletiva que, em seguida, seriam reunidas pela senhora Taise T. e encaminhadas para a
31 Equipe de Planejamento de Cidades do CINCATARINA. Esclareceu que as contribuições recebidas seriam
32 analisadas internamente e respondidas através de um relatório técnico, e posteriormente, votadas pela Comissão.
33 Explicou que se estiverem em conformidade com as solicitações da Comissão, o documento seria aprovado. Caso
34 o documento não fosse aprovado, o processo reiniciaria. Explicou que a Comissão para Revisão do Plano Diretor
35 do Município teria duas formas de fazer a revisão dos documentos. Uma seria a revisão direta, dentro do próprio
36 texto, usando a marcação com cores diferentes para o texto original, revogado ou adicionado. A segunda forma
37 seria a revisão indireta, através de comentários. Destacou a importância de a redação ser escrita exatamente de
38 acordo com a solicitação para auxiliar na compreensão pela Equipe de Planejamento de Cidades do CINCATARINA.
39 Informou que para que se mantenha o decoro na análise do material, seria de suma importância que a todo
40 momento, as decisões tomadas e apontadas no material, sejam coletivas. Orientou que os membros titulares da
41 Comissão estejam presentes na reunião, e na ausência destes, estejam presentes os seus respectivos suplentes.
42 Recomendou para que os membros representantes levem e tragam informações dos seus respectivos órgãos, que
43 o envio do documento analisado ocorra por *e-mail* e através de apenas um integrante da Comissão, sendo a senhora
44 Taise T., presidente da Comissão para Revisão do Plano Diretor do Município. Orientou para que em tempo nenhum,
45 a revisão seja encaminhada de forma impressa ou com considerações feitas a caneta, que não sejam enviadas

46 pontualmente ou individualmente por *e-mail* ou *whatsapp* e que não sejam elaboradas fora dos padrões
47 apresentados. A senhora Cláudia M.F. questionou se as considerações seriam feitas individualmente e depois a
48 senhora Taise T. reuniria ou se seriam feitas de forma coletiva em um só documento. A senhora Taise T. respondeu
49 que poderiam ser feitas individualmente e que posteriormente ela estaria reunindo todas em um único documento,
50 e ainda, se fosse necessário, poderia ser realizada uma reunião para que fossem esclarecidas as contribuições. A
51 senhora Ana Letícia S.G. iniciou a apresentação do Prognóstico, destacou a importância de seguir a Metodologia
52 do processo de Revisão do Plano Diretor e que depois de serem aprovados os materiais não poderiam ser alterados.
53 Apresentou como o documento do Prognóstico foi estruturado, informou que foi realizado uma análise das
54 legislações municipais e dos eixos: econômico e social, estruturação urbana, mobilidade urbana, qualificação
55 ambiental e patrimônio histórico e cultural. Destacou que todas as informações identificadas no Diagnóstico estariam
56 apresentadas no Prognóstico em formato de tabela e que a coluna “demanda” não poderia ser alterada, pois já foi
57 discutida no Diagnóstico, sendo necessária a análise apenas da coluna “ações”. Recomendou que fosse dada uma
58 atenção especial para os números e para as palavras de ordem, como: revogar e instituir. Esclareceu que caso
59 tenham alguma questão insatisfatória em relação a política urbana e que não estaria inclusa no Diagnóstico, poderia
60 ser buscada nas “demandas” o item com algum problema e na coluna “ação” poderia ser incluída a demanda.
61 Informou que os itens de macrozoneamento, eixos viários e estratégicos e os instrumentos e incentivos, com
62 exceção da Outorga Onerosa de Alteração de Uso, já foram tratadas durante as oficinas técnicas realizadas no
63 município. Esclareceu que a Outorga Onerosa de Alteração de Uso estaria prevista no Estatuto da Cidade e não foi
64 discutida nas oficinas técnicas, pois não havia sido estabelecida uma macrozona de expansão, e explicou que esse
65 instrumento urbanístico serviria para recuperar o valor da valorização urbana dessas áreas. Explicou que os
66 Instrumentos de Proteção de Patrimônio Histórico e Cultural identificou alguns imóveis com possível interesse de
67 tombamento e inventário, informou a dificuldade para identificação de mais imóveis e solicitou ajuda dos membros
68 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU e da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP para
69 identificar imóveis com características de arquitetura moderna. Explanou sobre os sítios arqueológicos tombados
70 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, identificados no Diagnóstico, que o município
71 não apresentou a poligonal e que está foi solicitada ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN,
72 por isso não foi identificado nos cartogramas e caso fosse recebido seria realizada a inclusão. Questionou se havia
73 dúvidas. A senhora Taise T. questionou se depois de o arquivo ser encaminhado pela Equipe de Planejamento de
74 Cidades do CINCATARINA, o prazo para revisão do documento seria de quinze dias. A senhora Ana Letícia S.G.
75 respondeu que sim, porém, caso fosse necessário, o prazo poderia ser estendido. Sugeriu para que fosse agendada
76 a reunião interna entre a Comissão para discussão do Prognóstico. A senhora Taise T. comentou que estaria
77 encaminhando o documento para os demais membros da Comissão, no dia oito de maio de dois mil e vinte e cinco
78 e que a partir dessa data teriam o prazo até o dia vinte e dois de maio de dois mil e vinte e cinco para encaminhar
79 as contribuições para a Equipe de Planejamento de Cidades do CINCATARINA. Sugeriu que a reunião interna fosse
80 agendada para o dia vinte de maio de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas, sendo a data e horário aceitos
81 pelo presentes. A senhora Ana Letícia S.G. colocou a Equipe de Planejamento de Cidades do CINCATARINA à
82 disposição para esclarecer dúvidas que surgissem no decorrer da revisão do material. A senhora Taise T.
83 apresentou uma contribuição recebida que solicitava a inclusão de uma área à Macrozona de Expansão, e solicitou
84 que a Equipe de Planejamento de Cidades do CINCATARINA esclarecesse como deveriam ser tomadas as
85 tratativas. A senhora Ana Letícia S.G. lembrou que havia uma Metodologia a ser seguida e que a Equipe de
86 Planejamento de Cidades do CINCATARINA não votaria. Recomendou que fosse discutido internamente e realizada
87 uma votação e encaminhada a decisão para a Equipe de Planejamento de Cidades do CINCATARINA, porém, a
88 recomendação era que não fosse realizada a alteração pois estaria retroagindo a metodologia. A senhora Taise T.
89 sugeriu que fosse analisada a contribuição e realizada a votação no mesmo dia da reunião interna, sendo dia vinte
90 de maio de dois mil e vinte e cinco, a sugestão foi aceita. Colocou-se à disposição aos demais membros caso
91 tivessem alguma dúvida durante a revisão do material. A senhora Ana Letícia S.G. destacou que nessa etapa apenas
92 os membros da Comissão para Revisão do Plano Diretor do Município e a Comissão Interna do Instituto de
93 Planejamento e Pesquisa de Caçador - IPPUC votariam para decidir as contribuições. Informou que o Prognóstico
94 não seria apresentado em audiência pública, e após aprovado iniciariam revisão das minutas de lei. Não houve mais
95 considerações e a Presidente da Comissão, a senhora Taise T. agradeceu a participação e declarou encerrada a
96 reunião técnica, às quatorze horas e quarenta e dois minutos do mesmo dia.

Próximos passos do Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA:

1. Aguardar a devolutiva da Comissão para Revisão do Plano Diretor do Município e da Comissão Interna do Instituto de Planejamento e Pesquisa de Caçador - IPPUC referente ao Prognóstico.

Próximos passos da Comissão para Revisão do Plano Diretor do Município e da Comissão Interna do Instituto de Planejamento e Pesquisa de Caçador - IPPUC:

1. Analisar o Prognóstico e fazer a devolutiva para o CINCATARINA.